**POLÍTICAS DE AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NO CONTEXTO ESTADUAL DE MATO GROSSO: iniciando uma conversa.**

Jucieli Bertoncello[[1]](#footnote-1)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

**Resumo**

Nesse resumo, serão apresentadas reflexões suscitadas a partir das experiências como docente da Rede Municipal de Educação em Juara localizada no estado de Mato Grosso - MT, que possibilitaram conhecer o programa EducAÇÃO - 10 Anos. O programa conta com 30 políticas públicas e 135 ações com projetos e ações voltadas para melhoria da qualidade e índices educacionais. Dentre elas, destaca-se o programa AvaliaMT, que se configura com um conjunto de avaliações externas em larga escala com objetivo de construir um diagnóstico da Educação Básica de MT. Essa discussão será desenvolvida com aportes teóricos pós-estruturais do campo do currículo e da avalição, que buscam compreender como as avalições em larga escala funcionam como práticas de controle da qualidade educacional.

**Palavras Chaves:** Currículo. Políticas de Avaliação.Avaliações em larga escala.

**Avaliação: iniciando uma conversa**

A avaliação sempre ocupou lugar de destaque em nossas vidas. "Informalmente avaliamos e somos avaliados – gostos e preferências, atitudes, comportamentos, decisões, saberes, saúde" (Pereira; Ortigão, 2020, p.1). Durante a infância e adolescência, somos frequentemente avaliados por meio de testes, provas, trabalhos escolares, exames que fornecem informações sobre o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Na vida adulta, a avaliação se estende ao ambiente profissional, em que a avaliação de desempenho, o feedback de supervisores e colegas, bem como a busca por promoções e oportunidades de carreira, são formas comuns de avaliação no trabalho.

Embora a avaliação permeie todas as etapas da nossa vida, não tem como falar de avaliação sem remeter aos sentimentos de medo, nervosismo, ansiedade e incapacidade que muitos enfrentam. Esses sentimentos surgem do desejo de obter boas notas e do medo de não corresponder às expectativas pessoais ou dos outros. Como afirmam Figueiredo e Pereira (2024, p. 08), "ser avaliado pelo olhar de alguém”, neste caso pelo olhar do professor, ainda simboliza ameaça e, como afirma Gatti (1987) gera forte co­notação emocional, um clima de insegurança e hostilidade por parte dos que são afetados.

Para Schneider (2017, p.18) "a despeito das tensões criadas, o lugar que ocupa na atividade educativa a coloca no topo das atenções quer se trate da avaliação de aprendizagens, dos sistemas ou das redes de ensino". No estudo em questão, interessa-nos os programas educacionais com foco nas avaliações padronizadas e de larga escala, especificamente o programa AvaliaMT. Assim, na primeira parte do texto, apresentamos contribuições teóricas que problematizam a relação direta estabelecida entre os resultados das avaliações em larga escala e a qualidade da educação, seguida pela implementação do Sistema de Avaliação Educacional-AvaliaMT.

**Avaliações em larga escala como significado de qualidade**

Nas últimas décadas, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), implantado nos anos 90, tem ocupado lugar de destaque nas políticas públicas da educação brasileira, com o argumento de que no seu âmbito são produzidas informações sobre o desempenho dos estudantes que são consideradas importantes para a elaboração de políticas e orientação de investimentos que visam melhorar a qualidade da educação.

Desde a sua implementação, o Saeb tem como objetivo “[...] contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a educação básica” (Inep, 2002, p. 9). No entanto, é necessário problematizar essa narrativa oficial. As informações produzidas por essas avaliações não são neutras, elas carregam implicações políticas e sociais que influenciam a formulação de políticas educacionais e constituem práticas de poder e controle.

O Saeb também "[...] tem legitimado os discursos que orientam a produção das novas políticas curriculares para o ensino básico [...]", além de "[...] fornecer informações técnicas e gerenciais para a avaliação de qualidade, equidade e eficiência da educação básica brasileira e apresentar um perfil dos resultados alcançados pelos estudantes nos processos de ensino e das de sua realização [...]" (Tura, Pereira, 2013, p.116). Ao fornecer dados que deveriam orientar as tomadas de decisão nas diferentes esferas de governo, o Saeb estabelece normas e padrões que definem o que é considerado "qualidade", "equidade" e "eficiência" na educação. Essas categorias, aparentemente objetivas, são, na verdade, construções discursivas que refletem relações de poder e expressam tentativas de controle sobre o currículo e a prática pedagógica, Tentativas de orientar o trabalho pedagógico com a expectativa de que, dessa foram, é possível alcançar padrões de desempenho pré-definidos como os mais adequados.

Essa lógica gerencial tem contribuído para conferir centralidade às avaliações em larga escala na medida em que se assume que elas são garantidoras de uma qualidade da educação. No entanto, trata-se de uma qualidade significada como resultados positivos alcançados nos exames nacionais e internacionais (Leite, Fernandes (2014); Lopes (2018). Uma qualidade significada como medida e que tem como parâmetro padrões homogêneos de aprendizagens de conhecimentos pré-estabelecidos.

Lopes (2018, p. 26) afirma que essa lógica homogeneizante tem orientado a produção de políticas curriculares em que “o currículo é submetido à pretensão de medir, comparar e avaliar conhecimentos/padrões de aprendizagem para alcançar a medida/comparação/avaliação de pessoas que supostamente dominariam ou não tais saberes”. E, consequentemente, contribuindo para a significação de conhecimento como “objeto, um dado, uma coisa, a ser captado, registrado e distribuído para ser medido (avaliado) (Lopes, 2018, Idem). A ênfase excessiva em dados tem reduzido a educação em números e estatísticas, tem contribuído para o esvaziamento sobre as reflexões sobre as avaliações da aprendizagem que acontecem em sala de aula.

**Política de Avaliação Educacional de Mato Grosso - AvaliaMT**

Escolhemos suscitar reflexões sobre a Política de Avaliação Educacional para a Educação Básica da Rede Pública Estadual de MT, especificamente o Programa de Avaliação Educacional AvaliaMT. Criado em 2016, antes mesmo da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Documento de Referencial Curricular para Mato Grosso (DRC/MT), o programa é uma das 30 políticas públicas que compõem o programa EducAÇÃO - 10 Anos[[2]](#footnote-2). Esse programa tem como objetivo colocar o estado entre os 10 melhores do país no IDEB até 2026 e entre os 5 melhores até 2032, além de erradicar o analfabetismo e do abandono escolar até 2032 (Mato Grosso, 2022).

O AvaliaMT foi desenvolvido a partir da participação nas edições do Saeb, que forneceu dados essenciais para a formulação de políticas educacionais nos últimos anos (Mato Grosso, 2021). Com base nesses dados, surgiu a necessidade de criar um sistema próprio de avaliação que possibilitasse maior autonomia para a macrogestão educacional. Assim, o AvaliaMT se caracteriza como esse sistema próprio, com um **conjunto de avaliações de** larga escala que permitem a realização de **diagnósticos**da educação básica, configurando-se também como uma política pública de monitoramento da qualidade na educação e do processo de ensino e aprendizagem (Mato Grosso, 2021).

O programa tem como bases legais a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96, e a nível de estado, a Lei Complementar n° 49 de 1998. Após a homologação da BNCC em 2017 e do DRC/MT em 2018, as avaliações conduzidas pelo AvaliaMT passaram a ser orientadas pelas competências e habilidades definidas nesses documentos, assegurando que a educação esteja alinhada com padrões nacionais e estaduais.

As avaliações realizadas pelo AvaliaMT incluem: avaliações diagnósticas que podem ser realizadas no âmbito restrito da rede estadual (inter­nas) ou por instituições como o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED) (externas), objetivando diagnosticar a consolidação da aprendizagem dos estudantes no início do ano letivo; avaliações formativas (internas e externas), que monitoram o nível de aprendizado dos estudantes durante o processo de ensino; e avaliações somativas (internas e externas), que verificam a consolidação das aprendizagens ao final de etapas de escolarização na Educação Básica (Mato Grosso, 2021).

Ao centralizar a avaliação na lógica de mensuração e comparação, o AvaliaMT contribui para a construção de uma narrativa de qualidade educacional baseada em dados quantificáveis, o que pode obscurecer dimensões qualitativas e contextuais da aprendizagem. Assim, essas avaliações, ao mesmo tempo que servem como ferramentas de diagnóstico e melhoria, reforçam estruturas de controle e disciplinamento, promovendo uma visão de educação que privilegia a eficiência e a produtividade.

**Consideramos que...**

É preciso indagar sobre a natureza da “crise”, pois, como afirmam Santos, Ramos e Destro (2022), ela tem sido reiterada e confirmada pelos índices das avaliações via *rankeamento*, que não levam em conta situações concretas de vida em meio as diferenças que tangenciam o ser e o existir na escola.

**Referências**

FIGUEIREDO, M. S.; PEREIRA, T. V. Avaliação como um monstro? **Revista Espaço do Currículo**, v. 17, n. 1, e69524, 2024. DOI: 10.15687/rec. v17i1.69524.

GATTI, B. A. Testes e avaliações do ensino no Brasil. **Educação e Seleção**. São Paulo, n.16, jul./dez.1987. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/edusel/article/view/2623/2574. Acesso em: 23 abr. 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **SAEB** 2001: novas perspectivas. Brasília, DF, 2002. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/saeb/2001/Miolo\_Novas\_Perspectivas2001.pdf. Acesso em: 08 mai. 2024.

LEITE, C.; FERNANDES, P. Avaliação, Qualidade e Equidade. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 421-438, jul. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/mhhhGJgYncZVDzNvrmVDQGr/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 abr. 2024.

LOPES, A. C. Apostando na produção contextual do currículo. In*:* AGUIAR, M. A. da S.; DOURADO (Org.); L. F.**A BNCC na contramão do PNE 2014-2024:** avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE p. 23-27, 2018. Disponível em: https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf. Acesso em: 23 abr. 2024.

MATO GROSSO. **Política de Avaliação da Educação Básica em Mato Grosso**. 2021. Disponível em: https://www3.seduc.mt.gov.br/documents/8125245/21913710/Pol%C3%ADtica+de+Avalia%C3%A7%C3%A3o+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+em+Mato+Grosso.pdf/e8c77464-133c-0d0e-5f2d-2184fe2fb660. Acesso em: 23 abr. 2024.

MATO GROSSO. **Decreto Nº 1.497**, de 10 de outubro de 2022. Dispõe sobre a Programa EducAção - 10 Anos, no âmbito do Estado de Mato Grosso. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/mt/decreto-n-1497-2022-mato-grosso-dispoe-sobre-a-programa-educacao-10-anos-no-ambito-do-estado-de-mato-grosso?q=1988. Acesso em: 23 abr. 2024.

PEREIRA, T. V.; ORTIGÃO, M. I. R. Iniciando uma conversa - avaliação: o que é e para quê avaliar? 2020, **Mimeo, 1-11.**

SANTOS, G.; RAMOS, R. B.; DESTRO, D. S. Currículo e avaliação: discursos que significam o currículo no contexto estadual de Mato Grosso. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, PI, v. 26, n. 52, p. 172-195, set/ dez. 2022. https://doi.org/10.26694/rles.v26i52.2960. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/2960>.

SCHNEIDER, M. P. Políticas de avaliação em larga escala e a construção de um currículo nacional para a educação básica. ***EccoS***, São Paulo, n. 30, p. 17-33. jan./abr. 2013.

TURA, M. L. R.; PEREIRA, T. V. Políticas Curriculares, sistemas de avaliação e conhecimentos escolares. In.: TURA, M. L. R.; GARCIA, M. M. A. (Org.) **Currículo, políticas e ação docente**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 111-125.

1. Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no grupo de pesquisa Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - (FAPERJ). [↑](#footnote-ref-1)
2. O programa EducAÇÃO - 10 Anos foi criado pelo decreto nº 1.497, de10 de outubro de 2022. [↑](#footnote-ref-2)